



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ANA LUIZA AYETA SILVA DE OLIVEIRA

**A TARIFA EXTERNA COMUM DO MERCOSUL: UMA ANÁLISE DA SUA
RELEVÂNCIA NA ATUALIDADE PARA O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**

RIO DE JANEIRO

2023

Comentado [1]: eu tirei o 1 bimestre, mas se vc quiser colocar ok

ANA LUIZA AYETA SILVA DE OLIVEIRA

**A TARIFA EXTERNA COMUM DO MERCOSUL: UMA ANÁLISE DA SUA
RELEVÂNCIA NA ATUALIDADE PARA O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Administração da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
no curso de Bacharelado em Administração
Pública.

Orientador: Prof. Dr. Artur Luiz Santana Moreira

RIO DE JANEIRO

2023

ANA LUIZA AYETA SILVA DE OLIVEIRA

**A TARIFA EXTERNA COMUM DO MERCOSUL: UMA ANÁLISE DA SUA
RELEVÂNCIA NA ATUALIDADE PARA O COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Administração da Universidade
Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
no curso de Bacharelado em Administração
Pública.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof. Dr. Artur Luiz Santana Moreira (Orientador) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Prof.^a Ana Luiza Szuchmacher Verissimo Lopes Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Prof. Me. Júlio César Silva Macedo Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, que durante toda essa jornada estiveram do meu lado e nunca deixaram de acreditar no meu potencial. Obrigada por toda a dedicação, ensinamentos e força.

Às minhas colegas de turma Laryssa e Sarah, que me acompanharam desde o primeiro dia de aula, não teria chegado aqui sem o apoio de vocês.

Ao meu professor orientador, que me auxiliou durante toda a elaboração desse projeto.

RESUMO

O Mercosul se posiciona como uma potência no meio da fragilidade dos países da América do Sul. Com mais de 30 anos, o Mercado Comum do Sul impacta tanto seus membros quanto seus parceiros, aumenta o intercâmbio e comércio entre Brasil, Uruguai, Paraguai, Argentina e os parceiros comerciais do bloco, além de se posicionar como o maior bloco da América do Sul. O Brasil, como a principal potência integrante, se beneficiou ao longo de todos esses anos com as oportunidades que esse título oferece. O bloco conseguiu tornar-se essencial para as trocas brasileiras tanto com seus vizinhos latino-americanos quanto com o resto do mundo, abrindo mais espaço para diálogos, alianças e negociações. Uma dessas alianças foi formada quando o bloco assumiu uma tarifa externa comum para suas exportações, em 1995. A partir desse ponto, as relações entre os países econômicos se aproximaram e tornaram o bloco mais atrativo para seus parceiros comerciais, equalizando as condições de concorrência e garantindo uma margem de preferência para os produtos regionais. Porém com o decorrer das décadas e as mudanças políticas e econômicas dos países integrantes, a tarifa externa comum se tornou um debate dentro dos tópicos do Mercosul. Dessa forma, esse trabalho busca analisar a realidade do comércio exterior brasileiro na adesão da tarifa econômica e como estão esses resultados na atualidade.

Palavras-chave: MERCOSUL; importância; administração pública; economia; Brasil;

OLIVEIRA, Ana Luiza Ayeta Silva. **A tarifa externa comum do MERCOSUL: uma análise da sua relevância na atualidade para o comércio exterior brasileiro**
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública) - Escola de Administração Pública, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2023.

ABSTRACT

MERCOSUR positions itself as a power in the midst of the fragility of South American countries. With more than 30 years, the Common Market of the South impacts both its members and its partners, increases exchange and trade between Brazil, Uruguay, Paraguay, Argentina and the block's trading partners, in addition to positioning itself as the largest commercial union in South America. Brazil, as the main integrating power, has benefited over all these years from the opportunities that this title offers. The block managed to become essential for Brazilian exchanges both with its Latin American neighbors and with the rest of the world, opening up more space for dialogues, alliances and negotiations. One of these alliances was formed when Mercosur assumed a common external tariff for its exports, in 1995. From that point on, relations between the economic countries became closer and made it more attractive to its trading partners, equalizing the conditions of competition and ensuring a margin of preference for regional products. However, over the decades and the political and economic changes of the member countries, the common external tariff became a debate within Mercosur topics. In this way, this work seeks to analyze the reality of Brazilian foreign trade in the adherence to the economic tariff and how these results are currently.

Keywords: MERCOSUR; importance; public administration; economics; Brazil

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – PIB do Mercosul de 1980 até 2005 (preços constantes de 1995)	137
Figura 2 – Participação do Mercosul nas exportações brasileiras:	18
Figura 3 – Participação do Mercosul nas importações brasileiras	18
Figura 4 – Exportações brasileiras de janeiro até dezembro de 2022	19
Figura 5 – Importações brasileiras de janeiro até dezembro de 2022	20

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 O problema.....	8
1.2 Objetivo da pesquisa	9
1.3 Contextualização	9
2 OS EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA TARIFA	11
3 OS PRIMEIROS RESULTADOS ECONÔMICOS BRASILEIROS DECORRENTES DO MERCOSUL	12
4 OS BENEFÍCIOS DA TARIFA EXTERNA COMUM PARA O BRASIL	13
5 O POSICIONAMENTO DE CADA PAÍS-MEMBRO NAS NEGOCIAÇÕES DA TARIFA EXTERNA COMUM	14
6 A APROVAÇÃO DA TARIFA DE 1994	15
7 AS EXCEÇÕES DA TARIFA	16
8 A DISCUSSÃO TARIFÁRIA	17
9 A REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM	20
10 CONCLUSÃO	21
REFERÊNCIAS	23

1 INTRODUÇÃO

1.1 O problema

Desde a instauração do Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991, é possível observar o aumento do comércio brasileiro com os outros membros e parceiros comerciais do bloco. A participação do Brasil nessa integração ajudou para que o país se tornasse a principal potência e representação da América Latina em diversos aspectos, além de ter possibilitado laços no mercado exterior que fortaleceram a indústria e produção internas.

Um dos fatores que colaborou para que o Mercosul se tornasse um bloco atrativo para investimos e negociações foi a instauração da Tarifa Externa Comum (TEC) em 1994, que pode ser definida como uma “listagem de alíquotas adotadas pelos países do Mercosul e comum a todos eles em relação a terceiros países” (E.P. Luna - Essencial de Comércio Exterior de A a Z– Aduaneiras 2ª Edição (2002).

Porém os valores da TEC sempre foram motivo de discussão entre os membros do bloco, uma vez que a disparidade tarifária entre eles foi a principal crítica a Tarifa antes da sua instauração, principalmente entre os países menores (Paraguai e Uruguai) e os maiores (Argentina e Brasil). Segundo Kume (2011), a solução encontrada para superar as principais controvérsias, em decorrência de tarifas nacionais muito distantes, foi aceitar temporariamente taxas diferenciadas, assim a taxa externa comum aprovada permitiu exceções.

Ao decorrer das décadas, essa lista de exceções nunca antes foi revisada, mas os debates sobre o aumento ou redução percentual da TEC eram constantes, com posicionamentos distintos de cada membro sobre uma possível revisão tarifária.

No entanto, em 2021, foram iniciadas as negociações das primeiras alterações da tarifa, modificando o acordo feito em 1994. Com essa rodada de discussões, surge o debate sobre a relevância da Tarifa Externa Comum para o Brasil nos dias de hoje, uma vez que o país é a maior potência integrante e a que mais se beneficia com as relações do Mercosul e os primeiros resultados dessa reforma tarifária. Dessa forma, seria possível que o Brasil flexibilizasse ainda mais as tarifas do Mercosul para seu benefício próprio, sem perder os benefícios que o acordo o proporciona?

1.2 Objetivo da pesquisa

O objetivo do estudo é compreender se há como o Brasil flexibilizar as atuais tarifas do Mercosul sem abrir mão das vantagens comerciais que advinde do acordo.

1.3 Contextualização

O comércio internacional está presente a todo momento no nosso dia a dia, nos produtos que compramos, nas roupas que vestimos até mesmo nas mídias que consumimos. Essa troca tão intensa entre países é uma novidade para a economia, principalmente ao se falar de uniões entre mercados e negociações comerciais dentro de blocos econômicos.

Com a América Latina não foi diferente, uma vez que em 1991 através do Tratado de Assunção o Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi criado, com objetivo de estabelecer uma zona de livre comércio entre seus membros, diminuindo impostos e burocracias.

O Mercado Comum do Sul pode ser definido como um:

“grupo de países que se integram economicamente, eliminando entre si as barreiras ao comércio, para que os produtos de cada um tenham livre acesso aos mercados dos demais, sem qualquer ônus adicional senão os custos dos fretes e serviços.”¹

Em 1994, os quatro países conseguiram alcançar esse objetivo e, um ano depois, assumiram uma Tarifa Externa Comum (TEC), sobre os produtos importados. Porém a disparidade tarifária entre os países membros fez com que a TEC representasse uma grande ameaça para produtores internos que não conseguissem se igualar aos valores do mercado externo quando ela fosse implementada. Dessa forma, para amenizar a transição, a tarifa foi instaurada com uma lista de exceções englobando três tipos de produtos que ficariam de fora das negociações.

Com o passar dos anos diversas pautas envolvendo uma maior integração econômica ocorreram dentro do bloco, porém sem um avanço e modernização do acordo da TEC houve um engessamento das negociações e trocas.

Em meio a esse cenário, em 20 de julho de 2021, ocorreu uma reunião do Conselho do Mercado Comum, em que Brasil e Argentina concordassem em reduzir

¹ E.P. Luna - Essencial de Comércio Exterior de A a Z – Aduaneiras 2ª Edição (2002)

em 10% as alíquotas da Tarifa Externa Comum para 80% do universo tarifário, mantendo as isenções já existentes no bloco. Essa redução foi a primeira revisão da estrutura tarifária do Mercosul desde o estabelecimento da TEC em 1995, e aproximou os níveis tarifários dos níveis brasileiros e dos níveis dos parceiros comerciais do bloco. Porém, a medida só conseguiu aprovação dos outros membros do Mercosul em julho de 2022, no Paraguai.

2 OS EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA TARIFA

Como observado por Mankiw, a tarifa, como imposto incidente no produto importado, tem efeitos diretos no seu valor final. Dessa forma, caso a tarifa aumente o preço do bem também irá aumentar, e vice-versa. É importante ressaltar que quem paga a tarifa de importação é o país que está comprando a mercadoria.

Essa flutuação de preço, segundo Mankiw, afeta o comportamento dos compradores e vendedores internos. Em linhas gerais, se uma tarifa aumenta, ela reduz a demanda interna e aumenta a quantidade de oferta interna. Essa movimentação faz com que, ainda segundo o autor citado, a tarifa reduza a quantidade importada.

Sabendo disso, uma das principais vantagens de estar em um bloco econômico é na negociação tarifária entre parceiros comerciais. Do ponto de vista tarifário, ao se inserir em um bloco, o país busca como objetivo fortalecer sua economia perante o cenário internacional, com trocas mais vantajosas.

3 OS PRIMEIROS RESULTADOS ECONÔMICOS BRASILEIROS DECORRENTES DO MERCOSUL

Os primeiros cinco anos após a criação do bloco tiveram um impacto direto nas economias dos quatro países membros, que passavam por um período turbulento de crises políticas e hiperinflação.

É observado um crescimento no PIB em três dos quatro países, conforme o quadro abaixo, que demonstra o crescimento anual do PIB:

Figura 1 – PIB do Mercosul de 1980 até 2005 (preços constantes de 1995)

	<u>1980-90</u>	<u>1991-95</u>	<u>1996-2005</u>
Argentina	-0,7	5,8	2,4
Brasil	1,6	3,1	2,2
Paraguai	3,0	2,7	1,2
Uruguai	0,0	4,1	1,7

Fonte:

CEPAL (2005 a) CEPAL (2005 b)

O Brasil, que vivia uma das piores crises inflacionárias de sua história com o governo Collor, só conseguiu obter um sucesso significativo com o bloco em 1994, quando o Plano Real se tornou vigente, amenizando a questão inflacionária.

Até 1994, é possível notar um aumento significativo no comércio interno entre os países do bloco, principalmente entre Brasil e Argentina. Essas trocas resultaram em uma balança positiva de exportações brasileiras, que ajudaram inclusive a amenizar o problema inflacionário que o país estava passando.

Com a instauração do real e o estímulo à abertura comercial, as importações brasileiras tiveram um salto nunca visto antes. O comércio intrazonal resultou no aumento das exportações brasileiras por seis (durante os anos 1990) graças às negociações do Mercosul e a instauração da Tarifa Externa Comum.

4 OS BENEFÍCIOS DA TARIFA EXTERNA COMUM PARA O BRASIL

A Tarifa foi criada, segundo Florêncio e Araújo, como uma tabela que correlaciona os itens de uma Nomenclatura de mercadorias com os direitos de importação incidentes sobre cada um desses itens.

“Assim, a Tarifa Externa Comum existe, antes de mais nada, para: a) equalizar as condições de concorrência; e b) garantir margens de preferência para o produtor regional em relação ao produtor de extrazona”²

Em linhas gerais, podemos resumir que a TEC é um mecanismo que evita que um produto entre em um país com menor imposto e seja enviado para outro país do mesmo bloco econômico com isenção de impostos.

Além disso, é importante ressaltar que a Tarifa tem caráter externo, ou seja, se aplica somente a importações de origem dos países não membros do bloco.

Assim, a TEC é sugerida principalmente como uma manobra para melhorar a vantagem competitiva no mercado internacional dos países membros do bloco, trazendo maiores resultados financeiros para os produtores e maior diversidade para os consumidores locais. Dessa forma, segundo Florêncio e Araújo, os países do Mercosul conseguiram atrair investimento em setores que poderiam ser realmente competitivos. Ainda segundo os autores,

Sem a TEC os produtores brasileiros poderiam perder espaço em seu próprio mercado para produtores dos demais países do Mercosul (que importariam insumos e máquinas a custos menores); muitos investidores externos prefeririam instalar-se nos outros países, e não no Brasil; e os produtos brasileiros teriam pouca vantagem competitiva.³

² FLORÊNCIO, Sérgio Abreu e Lima, ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga Araújo, p.60

³ FLORÊNCIO, Sérgio Abreu e Lima, ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga Araújo – MERCOSUL Hoje – Editora Alfa-Ômega, p. 60

5 O POSICIONAMENTO DE CADA PAÍS-MEMBRO NAS NEGOCIAÇÕES DA TARIFA EXTERNA COMUM

Ao implementar uma tarifa comum no bloco, o objetivo seria de os países membros conseguirem se igualar ao preço mundial e ter vantagens econômicas nas trocas realizadas dentro do bloco e fora dele também. Mesmo a tarifa sendo defendida pelo lado brasileiro algumas ressalvas ainda existiam.

O setor industrial brasileiro não deixou de apresentar certas reservas ao processo, não por sentir-se ameaçado pela concorrência dos outros três sócios, mas porque lhe preocupava o rumo que iam tomando as negociações da Tarifa Externa Comum.⁴

As maiores resistências, no entanto, foram do setor industrial argentino, pois a adoção da tarifa externa comum (TEC) significava um favorecimento no ingresso de produtos brasileiros na Argentina. O peso argentino também passava por uma sobrevalorização, fazendo com que as importações se tornassem mais baratas que o produto argentino.

Além do fator da balança comercial, nessa época não era difícil identificar a defasagem das indústrias argentinas em comparação com as brasileiras, tornando as mercadorias argentinas menos valorizadas em relação às nossas em diversos setores.

Segundo Florêncio e Araújo, os governos foram capazes de resistir às pressões nesse sentido, e preservar a concepção do MERCOSUL em sua integridade.

Na reunião em Ouro Preto, em dezembro de 1994, os governos já estavam conscientes que a meta de mercado comum não seria alcançada, mas para assegurar a credibilidade do processo de integração optaram em aprovar uma união aduaneira ainda que incompleta o que exigiria pelo menos a aprovação da TEC.⁵

⁴ FLORÊNCIO, Sérgio Abreu e Lima, ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga Araújo – MERCOSUL Hoje – Editora Alfa-Ômega, p. 43

⁵ KUME, Honório; PIANI, Guida. A tarifa externa comum no Mercosul: avaliação e perspectivas. 2011 – Pp. 17

6 A APROVAÇÃO DA TARIFA DE 1994

O Protocolo de Ouro Preto, instaurado em 17 de dezembro de 1994, definiu a estrutura institucional do bloco. Durante as negociações, em meio a um espírito de avanço e integração que cercava Brasil, Uruguai, Paraguai e Argentina, abriu-se o espaço para a discussão da TEC.

A Tarifa foi criada no mesmo ano, pela Decisão Nº 22/94 do Conselho do Mercado Comum (CMC) com destino a funcionar como um imposto de importação cobrado pelos países membros.

Foi utilizado o Sistema de Nomenclatura Comum do Mercosul para a classificação das mercadorias e sua estrutura tarifária definia taxas em 11 níveis de alíquotas (valor fixo que é aplicado para o cálculo), envolvendo matérias-primas (0% a 12%); bens de consumo (18% a 20%); e bens de capital (12% a 16%).

A TEC também significou o estabelecimento de um frete reduzido entre os países do bloco, mais um incentivo para o comércio entre eles.

7 AS EXCEÇÕES DA TARIFA

Segundo o Ministério da Economia, desde o início da implantação da TEC, em 1995, os Estados do Mercosul foram autorizados a manter alguns mecanismos de ajuste das tarifas nacionais, por meio de Listas de Exceções, com prazos definidos para convergência aos níveis da TEC.

Para superar os obstáculos tarifários, a taxa comum aprovada em 1994 aceitou a exclusão de dois grupos de produtos: bens de capital (composto por 900 itens) e a “Lista de Exceção Nacional”, que envolvia produtos que cada país-membro reconhecia como inviáveis de sofrer mudança tarifária repentina, seja por impactos diretos na produção ou por protecionismo comercial.

A cota de bens para a Argentina e do Brasil foi de 300 itens tarifários, enquanto o Paraguai e o Uruguai foram de 399 produtos cada um. A lista completa de exceções pode ser encontrada na aba do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, no site do governo brasileiro.

A aceitação dessas exceções foi feita para que o período de transição tarifária não impactasse tão bruscamente os produtores locais. Sem essa lista a tarifa provavelmente não teria sido aceita e o Mercosul não teria andado para frente.

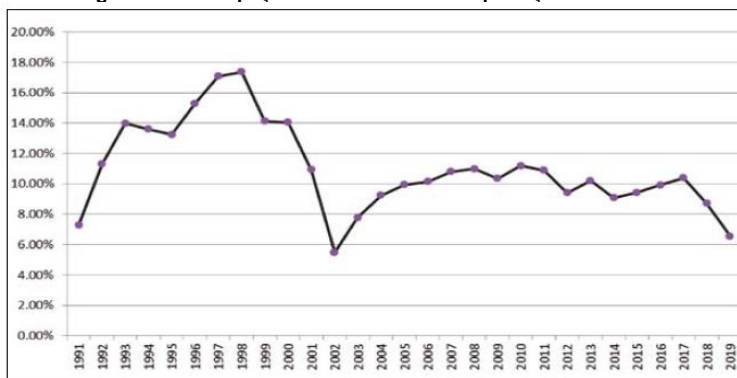
Segundo Kume (2011), esse acordo foi assimilável pois, se os aumentos fossem considerados excessivos, os países poderiam recorrer aos regimes especiais de importações pelos quais reduções tarifárias poderiam ser concedidas sob determinados critérios.

8 A DISCUSSÃO TARIFÁRIA

Segundo Abreu e Florêncio (2023), na primeira década de existência do Mercosul, o Brasil era o líder de um processo com dupla vocação: promover o regionalismo aberto no plano comercial e de investimento, bem como ampliar a influência político-estratégica regional e internacional do país. Mas após décadas de bloco, esse papel mudou e o Mercosul não representa mais isso para o Brasil.

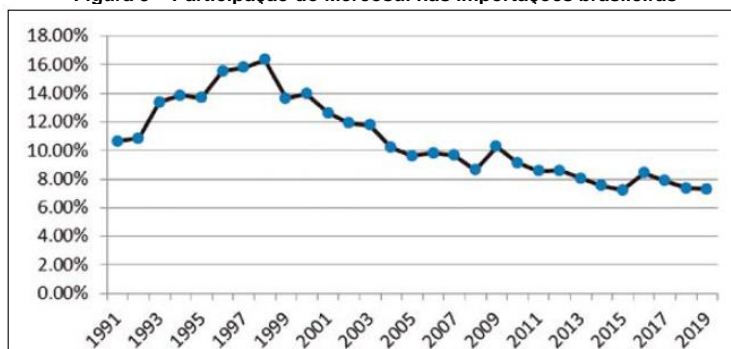
Porém, não é possível desconsiderar o aumento das trocas do Brasil com outros países a partir da sua entrada no Mercosul, em 1991, como é possível observar nas imagens abaixo:

Figura 2 – Participação do Mercosul nas exportações brasileiras:



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)
Elaboração: Marcelo Passini Mariano; Haroldo Ramanzini Júnior; Tullo Vigevani (2021)

Figura 3 – Participação do Mercosul nas importações brasileiras



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)
Elaboração: Marcelo Passini Mariano; Haroldo Ramanzini Júnior; Tullo Vigevani (2021)

Porém com a emergência chinesa e a queda no preço das *commodities* a partir da Crise de 2008, o Mercosul enfrenta uma crise interna que enfraquece o bloco (BERRINGER, 2017). Mesmo com políticas desenvolvimentistas implementadas durante os governos do PT, com o Estado estimulando a expansão do mercado interno e a política industrial da Nova Matriz Econômica do governo Dilma Rousseff, a indústria brasileira perdeu espaço para produtos mais competitivos vindos da China, que começou a aumentar seu fluxo comercial com o Mercosul. As exportações para a Argentina também caíram com a imposição de barreiras comerciais.

É possível observar essa disparidade no último resultado da balança comercial brasileira divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e Secretaria de Comércio Exterior, em dezembro de 2022:

Figura 4 – Exportações brasileiras de janeiro até dezembro de 2022

	Valor FOB (em milhões de USD)		Participação (%)		Variação (%)		
	2022	2021	2022	2021	Valor (m.d.)	Quantum	Preço
	Ásia (Exclusive Oriente Médio)	140.160	130.336	41,8	46,4	7,5	-3,4
China, Hong Kong e Macau	91.260	89.944	27,2	32,0	1,5	-4,7	6,7
ASEAN	23.892	19.330	7,1	6,9	23,6	4,4	17,2
Japão	6.614	5.539	2,0	2,0	19,4	7,3	7,3
Europa	63.456	48.295	18,9	17,2	31,4	9,6	19,1
União Europeia - UE	50.998	36.533	15,2	13,0	39,6	14,6	20,5
América do Norte	49.896	41.628	14,9	14,8	19,9	3,4	16,2
Estados Unidos	37.429	31.145	11,2	11,1	20,2	3,2	16,8
Canadá	5.411	4.922	1,6	1,8	9,9	-0,5	13,2
México	7.056	5.560	2,1	2,0	26,9	8,8	14,3
América do Sul	43.938	34.052	13,1	12,1	29,0	11,3	16,7
Mercosul	21.696	16.990	6,5	6,1	27,7	8,3	15,7
Argentina	15.356	11.878	4,6	4,2	29,3	10,2	15,6
Oriente Médio	17.232	12.074	5,1	4,3	42,7	24,6	11,4
África	12.847	9.479	3,8	3,4	35,5	12,7	19,1
América Central e Caribe	6.020	3.979	1,8	1,4	51,3	26,8	22,7

Fonte: Resultados da Balança Comercial Brasileira de 2022 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e Secretaria de Comércio Exterior – 02 de janeiro de 2023

Figura 5 – Importações brasileiras de janeiro até dezembro de 2022

	Valor FOB (em milhões de USD)		Participação (%)		Variação (%)		
	2022	2021	2022	2021	Valor (m.d.)	Quantum	Preço
Ásia (Exclusive Oriente Médio)	94.543	78.158	34,7	35,6	21,0	7,7	10,8
China, Hong Kong e Macau	61.576	48.341	22,6	22,0	27,4	11,0	10,3
ASEAN	9.962	9.536	3,7	4,3	4,5	-1,4	8,0
Japão	5.300	5.146	1,9	2,3	3,0	3,0	2,5
América do Norte	61.778	46.521	22,7	21,2	32,8	-1,4	42,3
Estados Unidos	51.308	39.385	18,8	18,0	30,3	-2,4	43,5
Canadá	5.187	2.575	1,9	1,2	101,4	-0,3	79,2
México	5.284	4.561	1,9	2,1	15,8	0,2	11,3
Europa	60.327	51.483	22,1	23,5	17,2	-1,8	22,7
União Europeia - UE	44.261	38.262	16,2	17,4	15,7	1,4	14,8
América do Sul	29.840	26.617	10,9	12,1	12,1	-3,1	17,3
Mercosul	18.571	17.363	6,8	7,9	7,0	-2,5	13,9
Argentina	13.104	11.949	4,8	5,4	9,7	-3,2	15,0
Oriente Médio	13.260	7.330	4,9	3,3	80,9	6,2	59,3
África	8.524	6.432	3,1	2,9	32,5	-4,1	47,1
América Central e Caribe	1.375	1.293	0,5	0,6	6,3	-1,7	42,6

Resultados da Balança Comercial Brasileira de 2022 - Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e Secretaria de Comércio Exterior – 02 de janeiro de 2023

Durante o governo Temer (2016-2019), a integração social e política, que antes eram pontos chave para a relação Brasil – Mercosul, ficaram de lado e o país passou a negligenciar esse processo não só no Mercosul, mas também em outras esferas, como na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Além disso, as principais exceções da TEC atualmente são nos setores açucareiro, lácteo e automotivo, segmentos que representam uma relevância considerável para a economia brasileira. Essas exceções ao longo da história do bloco inibiram produtividade e oportunidade para o Brasil, distanciando o país das cadeias globais de valor e abrindo brechas para críticas à falta de modernização e flexibilidade no bloco.

De acordo com Giardini (2011):

O Mercosul busca ser um mercado comum, no entanto é uma área de comércio incompleta que tenta sem sucesso se tornar uma união alfandegária. Atualmente, a área de livre comércio sofre pelas exceções comerciais, barreiras não-tarifárias, mas o principal problema está relacionado às regras sobre produtos manufaturados dentro do bloco que não se estendem aos que vêm de outros países.⁶

⁶ GARDINI, Gian Luca. "MERCOSUR: What You See Is Not (Always) What You Get." European Law Journal 17, no. 5 (September 2011): 150.

9 A REUNIÃO DO CONSELHO DO MERCADO COMUM

No dia 6 de dezembro de 2022, na cidade de Montevidéu, Uruguai, ocorreu uma reunião do Conselho do Mercado Comum, que concordou em reduzir em 10% as alíquotas da Tarifa Externa Comum para 80% do universo tarifário, mantendo as isenções já existentes no bloco. A nota à imprensa nº 192 divulgando estes e outros resultados do Conselho foi publicado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) e expõe que a revisão do regime de origem do Mercosul:

Saudaram os acordos alcançados nas negociações relativas à atualização do Regime de Origem MERCOSUL (ROM), com o objetivo de alcançar a modernização deste instrumento essencial para a integração dos setores produtivos dos estados partes, simplificando suas regras e adaptando-as à realidade atual do comércio internacional. Sublinharam, além disso, sua determinação de continuar com os trabalhos sobre os aspectos pendentes, de modo a que a revisão possa ser concluída com a brevidade possível.⁷

Essa redução foi a primeira revisão da estrutura tarifária concreta do Mercosul desde o estabelecimento da TEC em 1995, e aproximou os níveis tarifários dos níveis brasileiros e dos níveis dos parceiros comerciais do bloco. Segundo a publicação do MRE, os setores envolvidos foram o automotivo e o açucareiro.

⁷ https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/lxi-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-e-lxi-reuniao-ordinaria-do-conselho-do-mercado-comum-comunicado-de-imprensa-de-argentina-brasil-paraguai-e-bolivia

10 CONCLUSÃO

O Mercosul tem passado por uma clara estagnação que está causando descontentamento entre seus membros e parceiros comerciais, portanto, se não for alcançada uma convergência de interesses sobre determinados itens da agenda, principalmente a situação tarifária, o cenário continuará sendo, como há muitos anos, muito incerto e preocupante.

A negociação e o consenso devem prevalecer entre os Estados-membros para unificar critérios e alcançar um equilíbrio que satisfaça as partes, sem ignorar a profunda assimetria econômica existente no bloco.

Entendendo o contexto comercial em que o Brasil está inserido nos dias de hoje, uma reforma tarifária era inevitável, porém ela precisa compreender dois objetivos: diminuir o número de tarifas e reduzir a dispersão da proteção efetiva entre os setores. Com o regime de união aduaneira que compõem o Mercosul, uma redução geral das tarifas que beneficie mais a economia brasileira exigirá o acordo dos outros membros, uma tarefa difícil, como visto nas tentativas de 2021.

De acordo com Keohane e Nye (2012) em sua Teoria da Interdependência, uma determinada política adotada por um Estado repercute em outros, logo qualquer alteração ou modificação na TEC gera custos que afetam todos os setores industriais envolvidos e, em menor medida, a população de todos os membros do Mercosul.

Obstáculos como a rígida burocracia dos processos internos e as diferenças de alíquotas e tributos aplicados por cada país integrante geram uma disputa interna injusta, que precisa continuar sendo discutidas na agenda do bloco para que este volte a ter a posição competitiva internacionalmente que colaborou tanto para o crescimento da economia brasileira.

Assim, os Estados membros do bloco são responsáveis por tomar medidas para que uma redução da TEC tenha um impacto mínimo na economia interzona, sem perder competitividade no mercado externo. Após a reação dos outros Estados membros na primeira rodada de negociações que terminou em 2022 com certo descontentamento, tentar flexibilizar ainda mais a Tarifa para benefício próprio não se

Comentado [2]: cite esse texto amiga

mostra como uma solução para o Brasil, que pode perder benefícios com o maior enfraquecimento das relações do bloco e perder relevância como potência local.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Sergio et al. **Trajatória do Mercosul e mudança de paradigmas e de posições da política externa brasileira: começo virtuoso e crise recente— possíveis interpretações**. 2015.
- AZEVEDO, ANDRÉ FILIPE ZAGO DE. **Mercosur: ambitious policies, poor practices**. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 24, p. 594-612, 2019.
- BAUMANN, Renato; MUSSI, Carlos. **Mercosul: então e agora**. 2006.
- BERRINGER, Tatiana. **A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016)**. Revista Oikos. Rio de Janeiro. v. 16, n. 1. p 15-29. 2017.
- BOTÃO, Gustavo Rocha. **Mercosul e Burguesia: uma análise sobre a reforma da Tarifa Externa Comum**. 2021.
- BOTTO, Mercedes. **The challenges of economic integration in Latin America: searching for consensus in contexts of globalization. The case of MERCOSUR (1991–2019)**. *Globalizations*, v. 19, n. 4, p. 555-570, 2022.
- CAMARGO, Sonia de - **Mercosul: crise de crescimento ou crise terminal?** — Lua Nova, n. 68, pp. 57-90. (2006)
- CARBAUGH, Robert J. – **Economia Internacional** – Editora Thomson (2004)
- DE CARVALHO, Maria Auxiliadora. **Comercio Agropecuario Brasileiro no MERCOSUL**. Informações econômicas-governo do estado de São Paulo Instituto de Economia Agrícola, v. 29, p. 7-22, 1999.
- E.P. Luna - **Essencial de Comércio Exterior de A a Z**— Aduaneiras 2ª Edição (2002)
- FLORÊNCIO, Sérgio Abreu e Lima, ARAÚJO, Ernesto Henrique Fraga Araújo – **MERCOSUL Hoje** – Editora Alfa-Ômega
- FURLAN, Fernando de Magalhães - **Integração e Soberania - o Brasil e o Mercosul** - Aduaneiras; 1ª edição (2019)
- GARDINI, Gian Luca. - **MERCOSUR: What You See Is Not (Always) What You Get.** *European Law - Journal* 17, nº 5: 683-700 (September 2011).
- GUIMARÃES, Ariane Costa; DE SIQUEIRA, Rafael Battella. **Tarifa externa comum (TEC): estrutura, definição e histórico de mudanças**. Universitas: Relações Internacionais, v. 9, n. 1, 2011.
- GUIMARÃES, Edson Peterli. **Uma nota metodológica sobre a relação existente entre o câmbio e a tarifa externa comum do Mercosul**. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 25, n. 2, p. 282-298, 1997.

- HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Mercosur between resilience and disintegration. In: Regionalism Under Stress.** Routledge, p. 119-132. (2020)
- KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. **Power and interdependence** - 4th ed. (2012)
- KRUGMAN, P.; OBSFELD, M. **Economia internacional: teoria e prática.** São Paulo: Makron Books. (2001).
- KUME, Honório; PIANI, Guida. **A tarifa externa comum no Mercosul: avaliação e perspectivas.** 2011
- KUME, Honório; PIANI, Guida. **Comércio e tarifa externa comum (TEC) no Mercosul: uma perspectiva brasileira. A abertura comercial brasileira nos anos,** p. 39-67, 1990.
- KUME, Honorio; PIANI, Guida. **Perspectivas da tarifa externa comum.** 2011.
- LIMA, Ivy. **Os desdobramentos do Comércio Exterior brasileiro após o Mercosul, uma visão a partir dos tratamentos administrativos e tributários.** 2022.
- MACHADO, Marlon Wander. MATSUSHITA, Thiago Lopes – **Globalização e Blocos Econômicos** – PUC/SP (2019)
- MAIA, Jayme de Mariz – **Economia Internacional e comércio exterior** – São Paulo - Editora Atlas S.A (1994)
- MANKIW, N. Gregory – **Introdução à economia** – Tradução da 2ª edição americana – Editora Campus
- MARIANO, Marcelo Passini; JÚNIOR, Haroldo Ramanzini; VIGEVANI, Tullo – **O Brasil e o Mercosul: atores domésticos e oscilações da política externa nos últimos 30 anos** - Dossiê - 30 ANOS DE MERCOSUL, Lua Nova 112, (2021)
- MOREIRA, Sérvulo Vicente; MILHOMEM, Ethianne Érica Lucena. **Evolução recente do comércio Exterior brasileiro com os países do Mercosul.** (2010).
- NÚÑEZ, Eugenio Ricardo; GONZÁLEZ BAREA, María Paz. **Revisión del arancel externo común en el MERCOSUR.** (2021).
- PEREIRA, Lia Baker Valls. **30 anos de Mercosul: o que ficou?** Revista Conjuntura Econômica, v. 75, n. 03, p. 60-64, (2021).
- PEREIRA, Lia Baker Valls. **É preciso reformar a Tarifa Externa Comum do Mercosul, sem “cancelar” o Mercosul.** Revista Conjuntura Econômica, v. 75, n. 07, p. 52-53, 2021.
- PEREIRA, Lia Valls. **Mercosul: a reforma da tarifa externa comum.** Revista Conjuntura Econômica, v. 55, n. 6, p. 70-72, (2001).
- PIANI, HONORIO KUME E. GUIDA. 3 – **A Tarifa Externa Comum no Mercosul: Avaliação e propostas de mudança.** – Boletim de Economia e Política Internacional nº 5, IPEA (2011).

REMDE, Mônica Zanol. **A crise brasileira de 1998-1999, análise sob a ótica do modelo de Krugman**. 2013. Dissertação de Mestrado-Programa de Pós- Graduação em Organizações e Mercados. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

WEILAND, C. **A interdependência complexa dentro do Mercosul e suas implicações para o Brasil** — Dissertação (Relações Internacionais) — Universidade de Santa Cruz do Sul. (2012)